



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 04 2016	15h25min	26ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 26ª
(VIGÉSIMA SEXTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
EM 06 DE ABRIL DE 2016.**

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Bispo Renato Andrade a secretariar os trabalhos da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – O Expediente lido vai à publicação.

Leitura da ata da sessão anterior.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lida e aprovada sem observações a seguinte:

– Ata da 21ª Sessão Ordinária.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 04 2016	15h25min	26ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

Concedo a palavra ao Deputado Roosevelt Vilela. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia. (Pausa.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na minha contabilidade aqui, só temos cinco Deputados em plenário.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Seis com o Deputado Chico Leite; sete, agora, com o Deputado Rodrigo Delmasso.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Sandra Faraj. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cristiano Araújo. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Telma Rufino. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso pelo prazo regimental de cinco minutos improrrogáveis.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (Bloco Amor por Brasília. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, membros da imprensa, assessores, hoje, venho à tribuna para aqui relatar um pouco sobre a luta da regulamentação do canabidiol no Brasil. Na realidade, Deputado Chico Vigilante, da luta da legalização da maconha medicinal no País.

Recentemente, tivemos uma decisão da Justiça Federal, aqui do Distrito Federal, que obrigou a Anvisa a regulamentar não só o canabidiol, mas também o THC, para a importação, da mesma forma como é feito com o canabidiol.

Acho interessante trazer alguns dados que são interessantes, porque esta Casa – e aqui digo e repito sempre –, numa atitude nobre, derrubou o veto do Exmo. Sr. Governador ao projeto de lei que autorizava a distribuição gratuita do canabidiol aqui no Distrito Federal, sendo a primeira unidade da Federação a fazer isso. Por exemplo, há os pacientes que usam o canabidiol para outras doenças. Existem pacientes com autismo e com outras doenças neurológicas. Alguns médicos estão testando já a utilização do canabidiol para outras doenças e têm tido, Deputado Roosevelt Vilela e Deputada Luzia de Paula, um resultado espetacular. Exemplo dado



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 04 2016	15h25min	26ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

foi para os pacientes que fazem a quimioterapia com a utilização do THC. A quimioterapia, para quem não sabe, causa um dano no organismo da pessoa que a faz muito grande. A utilização do THC reduz esse dano, chegando até mesmo, Deputado Roosevelt Vilela, a diminuir até a dor logo após as sessões de quimioterapia.

Acredito que o Brasil está avançando nessa situação, o Brasil está avançando neste ponto, principalmente porque está começando a se fazer pesquisa. A Universidade Estadual do Piauí, a pedido do Governador do estado, abriu um centro de pesquisa específico sobre a questão da maconha medicinal, principalmente no que se refere à sua produção e à sua eficácia. Então, quero aqui deixar registrado que existem esses avanços que estão sendo colocados no País em relação à legalização da maconha medicinal. Quero deixar bem claro que é a utilização da maconha para fins medicinais em todo o País.

Outro ponto que eu queria tocar é que, recentemente, saiu uma pesquisa sobre a questão do desemprego no País – inclusive, foi matéria do *Fantástico* no último final de semana. O Brasil pode chegar a ter mais de 10 milhões de desempregados. Hoje, nós temos 9,5% de desempregados, e o Brasil pode passar, perdão, de 10 milhões de desempregados. E quero reforçar que uma política de combate ao desemprego é o fortalecimento da política de microcrédito. No Distrito Federal, temos o Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda, que – eu repito – poderia ser utilizado para fomentar o nano, o micro e o pequeno empreendimento. Agora, para isso, é necessário que haja uma agilidade na regulamentação e na formalização dos microempreendedores individuais. Quero aqui deixar essa sugestão mais uma vez ao Governo do Distrito Federal em relação a isso.

Por fim, ontem, além da CPI da saúde, que já foi protocolada, nós também protocolamos a CPI da Pedofilia. Eu acho essa CPI importante porque Brasília é a 5ª unidade da Federação em número de casos de pedofilia. Então, este Parlamento precisa dar uma resposta à sociedade brasileira e brasiliense, porque a Capital do País não pode sustentar essa posição de não cuidar de suas crianças e deixar que alguns abusos que acontecem fiquem impunes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Eu que agradeço, Deputado Rodrigo Delmasso.

Deputado Chico Leite, V.Exa. deseja fazer uso da palavra? (Pausa.)

Estão encerrados os Comunicados de Líderes.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 04 2016	15h25min	26ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, está sendo lido, neste momento, na sala de reuniões da Câmara dos Deputados, o parecer do Deputado Jovair Arantes, que foi Vice-Prefeito de Goiânia numa chapa com o PT – há muito tempo, mas foi –, no qual ele sugere o *impeachment* da Presidenta Dilma. E aí, eu questiono: que país é este? Uma mulher que não tem absolutamente nada comprovado contra ela, nem denúncia há. Querem fazer o *impeachment* baseado na questão que ela não tem popularidade adequada neste momento. Crime não tem. Logo, é um golpe que querem dar na democracia. E não vão conseguir, porque partidos importantes continuam no apoio ao governo. É o caso do PP, que anunciou hoje oficialmente que continua na base de sustentação do governo. Mas o que assusta mais é alguns elementos, tipo o Paulinho da Força – alguns chamam de Paulinho da Farsa, e o Paulo Henrique Amorim o chama de Pauzinho do Dantas, porque era pau-mandado do Dantas –, virem falar de compra de voto na Câmara dos Deputados. Quer dizer: quem é o Paulinho? Dezenas de processos dele são investigadas pelo Supremo Tribunal Federal. Ele é um criminoso contumaz. Outro que veio falar também foi o Maluf. Aí eu digo para vocês que, quando dá para o Maluf falar de malandragem, aí a coisa não é séria. Maluf querendo dar lição de moralidade neste País...

Portanto, eu quero dizer mais uma vez: se for por impopularidade, vai ter que cassar quase todos os governadores, inclusive o de Brasília, que, segundo um instituto aí, está com 68% de reprovação. Eu digo que para o instituto depende do mecanismo como é feita a pesquisa. Portanto, quem for se basear por pesquisa está perdido. Pesquisa não vale nem na hora da eleição – muitas vezes anunciam um resultado e dá outro. Todos os institutos diziam que o Professor Cristovam Buarque estava reeleito em Brasília e ele perdeu as eleições. Portanto, instituto não conta para processo. O que conta é a legalidade, se foi cometido ilegalidade ou não; não se cometeu, não pode ser cassado. Porque, se for por questão de popularidade, vai ter de se cassar muita gente. Por isso eu digo que a Presidenta Dilma vai continuar porque ela não cometeu nenhum tipo de crime. Vai fazer uma nova repactuação no governo e vai administrar este País até 2018. Quem quiser ganhar a eleição, quem quiser administrar o Brasil que dispute as eleições e ganhe no voto. O tempo do golpe passou. Como os caras não têm voto, não ganham a eleição e querem administrar. Portanto, isso não passará. Não vai ter golpe! Eu assumo nesta tribuna, porque eles não têm os votos necessários. Neste País, ainda há gente com dignidade para rechaçar esse tipo de prática golpista. Na verdade, eles querem dar o golpe para impedir as investigações. Só nos governos do PT é que houve investigação neste País.

Dito isso, vou ao segundo ponto. E eu quero chamar atenção de todos os Deputados que estão aqui presentes, inclusive do Deputado Roosevelt Vilela, que é Líder do PSB nesta Casa. Eu tenho em mãos aqui um documento datado de 15 de fevereiro de 2016, dirigido ao então Presidente do IPREV – Instituto de Previdência



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 04 2016	15h25min	26ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

dos Servidores do DF. Dois auditores do controle interno assinaram o documento pedindo explicações do Presidente do Iprev para que ele justificasse a ocupação do cargo de chefia pela Sra. Márgara Raquel Cunha – aí vem a matrícula –, a despeito de seu nome constar da lista de responsáveis, com contas julgadas irregulares do Tribunal de Contas da União, fato que a enquadra nas hipóteses de impedimento para posse e exercício na administração pública direta e indireta do Poder Executivo do Distrito Federal, de acordo com o Decreto nº 35.564, de 9 de março de 2012.

Pois bem, Deputado Chico Leite, dizem que essa senhora é companheira daquele Fernando que foi Secretário Adjunto do Augusto na Secretaria de Educação. Está envolvida com falcatura, e o Governador Rollemberg colocou-a como diretora do Iprev e, agora, a pedido do Roberto Freire, querem colocar essa senhora para cuidar de um patrimônio de 3 bilhões, que é a vida de todos os servidores, inclusive dos daqui da Câmara Legislativa.

Portanto, eu quero fazer um apelo aqui a todos os Deputados, inclusive ao Deputado Roosevelt Vilela. Eu acredito que há gente competente no PSB. Eu não sou contra indicação política não. O PSB tem gente competente. Coloquem alguém do PSB, ou coloquem um técnico, mas coloquem alguém que não tenha ficha suja. Não pode haver um ficha suja na direção do Iprev. Eu estou alertando o Governador Rollemberg para que não efetive a nomeação dessa senhora como presidente porque, se efetivar, estarei aqui combatendo até a queda dela porque a gente não aceita malandro dirigindo um instituto tão importante como o Iprev.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Agradeço ao Deputado Chico Vigilante pelas palavras.

Quero registrar a presença dos estudantes e professores do Centro Educacional 4 do Guará, que estão participando do projeto Cidadão do Futuro como parte do programa Conhecendo o Parlamento, sob a coordenação da Escola do Legislativo. Sejam bem-vindos a esta Casa. Uma salva de palmas para vocês por estarem aqui nos visitando nesta tarde.

Concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Roosevelt Vilela. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso. (Pausa.)

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Estava aqui ainda há pouco, mas acabou de sair, o Dr. Arlécio, que hoje está completando mais um ano de vida. É um dos servidores mais antigos desta Casa, ex-Governador,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 04 2016	15h25min	26ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

foi Diretor-Geral, Secretário-Geral da Casa e hoje trabalha conosco na Terceira Secretaria como Diretor da DIL – Diretoria Legislativa. Quero parabenizá-lo, em meu nome, no da Terceira Secretaria e em nome da Mesa Diretora também, Dr. Arlécio. Que Deus possa lhe dar muita saúde. Quero agradecê-lo por esta amizade, por esse companheirismo, por tudo que construiu ao longo desses anos na Câmara Legislativa do Distrito Federal. Então, Dr. Arlécio, que Deus o abençoe. Parabéns! Um forte abraço para o senhor. Continue sendo esse amigo leal, companheiro de todos os Deputados e pessoa de quem os servidores tanto gostam. Meus parabéns! Um grande abraço.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (Rede Sustentabilidade. Sem revisão do orador.) – Eu vou proferir minhas palavras numa expressão “pela ordem” porque posso falar daqui e não preciso utilizar a tribuna.

Sr. Presidente, primeiro, eu quero me irmanar com o Deputado Bispo Renato Andrade na homenagem ao aniversário do Dr. Arlécio e estender meus parabéns. Mas pedi para me posicionar, Sr. Presidente, em razão do que há pouco disse o Deputado Chico Vigilante.

Nós aqui, em 2011, colocamos no Regime Jurídico Único uma emenda. Foi a primeira unidade federativa do Brasil, Deputado Roosevelt Vilela, que colocou uma emenda em seu regime jurídico proibindo que ficha suja, ou seja, aqueles que não preenchessem as condições próprias da ficha limpa – não ter condenação criminal ou por improbidade em órgão colegiado; não ter condenação em órgão colegiado, especialmente do TRE, da Justiça Eleitoral e dos Tribunais de Contas, como mencionou o Deputado Chico Vigilante – exercessem cargo público. Hoje isso está no nosso Regime Jurídico Único. De maneira que, para exercer cargo público comissionado, desses aos quais o Deputado Chico Vigilante se referiu – com cargos efetivos já era assim –, é preciso juntar cerca de oito certidões negativas. E apesar da observação do Deputado Roosevelt Vilela, que vai alertar o governo acerca disso, posso tranquilizá-lo, essa condenação do Tribunal de Contas impede a posse. A pessoa pode vir a ser nomeada, mas não tomará posse. Isso serve para todos os cargos públicos do Distrito Federal, tanto do Executivo quanto do Legislativo. Nós fomos a primeira unidade da federação. Hoje já há mais algumas.

Era só essa observação que eu tinha a fazer.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Obrigado, Deputado Chico Leite.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 04 2016	15h25min	26ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – O Expediente lido vai à publicação.

Queremos realizar essa audiência pública no dia 15 porque, na verdade, Brasília sempre teve o seu autódromo. Conseguíamos trazer grandes eventos para Brasília: *stock car*, dentre outros. Desde o ano passado, o autódromo está parado. Há uma promessa da Novacap, da Secretaria de Obras, de finalizá-lo. Eu gostaria de realizar essa audiência pública com as autoridades competentes, para termos realmente noção de como está o andamento das obras, Deputado Chico Leite, e até mesmo para sabermos quais serão os próximos passos.

Nesses dias, eu fui procurado pelo representante da *stock car*, que quer trazer para Brasília mais uma etapa do campeonato. Há a fórmula *truck*, há as questões envolvendo moto velocidade, e precisamos ter uma noção. Muitas vezes, vamos à Secretária de Obras, à Novacap, e sempre falam que vão terminar, mas nunca têm uma data correta. Acho que essa audiência virá num momento oportuno, queremos realizá-la no próximo dia 15.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (Rede Sustentabilidade. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, preciso dizer a V.Exa., nessa mesma seara, que estive com o Presidente da Novacap para colocar esse pleito ainda no passado. Na mesma reunião, ele se fazia acompanhar de diretores e mostrou-me uma retificação – não sei se chamaria assim. Havia um problema com o contrato anterior. As obras se iniciariam antes do final do ano. Eram obras que estavam orçadas por menos da metade do que as do contrato anterior. Eu saí de lá muito esperançoso, comuniquei isso a todos aqueles que me procuraram, mas até hoje a situação continua a mesma. Eu tive notícia que já marcaram a *stock car* para o final do ano aqui. O Distrito Federal tem tradição no automobilismo, essa é a realidade. Nós estamos perdendo divisas. Todos os *grids* estão sendo transferidos para Goiânia, que hoje é a capital do automobilismo no Centro-Oeste, não é mais o Distrito Federal. Estamos deixando de trazer divisas. Os turistas específicos, os esportistas, os trabalhadores, estão indo para Goiânia. Para se ter uma ideia, oitocentos metros de asfalto não se completaram. Isso é o mínimo. Para uma reforma, é muito mais.

Então, Sr. Presidente, eu quero louvar sua atitude e me irmanar a V.Exa. nessa providência. Estarei aqui. Acho que, com essa escolha de prioridades, o governo pode mostrar o que é importante para ele.

Quero inclusive fazer justiça ao governo. Eu venho me preocupando com os orçamentos para a escola técnica há anos. Há previsão orçamentária, o que nos deixa cheios de esperança, mas o governo não executa. Em 2015, só executou 8% do que era orçado. Este ano, até março, não tinha executado nada. Nós fizemos a fiscalização, alertamos o governo, e da segunda quinzena de março para cá,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 04 2016	15h25min	26ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

investiu-se 1 milhão e meio. É muito menos do que o necessário, mas já é a demonstração de que essa atuação nossa – a atuação de V.Exa., Deputado Julio Cesar, e dos Deputados Rodrigo Delmasso, Chico Vigilante, Luzia de Paula, Roosevelt Vilela, Bispo Renato Andrade, Prof. Reginaldo Veras, Cláudio Abrantes, meu companheiro de partido, e de todos aqui – é fundamental para alertar o governo das prioridades da população.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Agradeço a V.Exa., Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Rede Sustentabilidade. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde aos pares e à imprensa. Não vou ocupar a tribuna nos Comunicados de Parlamentares, visto que o Deputado Chico Vigilante já trouxe o tema ao Plenário. Quero apenas me ombrear com S.Exa., em uma estranheza profunda quanto à nomeação – como parece estar posto – da Sra. Márgara Raquel Cunha para a presidência do Iprev. Eu confesso, Sr. Presidente, que já me causa muita estranheza ela estar em uma chefia, em uma diretoria dentro do Iprev.

Esta Casa, V.Exa. conduziu esse processo também, fez um esforço hercúleo, enorme, para achar uma solução para o pagamento de servidores do Distrito Federal. O Iprev foi uma solução construída por esta Casa, para ajudar o Governador Rodrigo Rollemberg. É algo extremamente grave e preocupante. Já o seria se estivesse apenas ocupando a diretoria, mas na presidência desse instituto, é algo muito, muito, muito preocupante. Acho que o Governador Rodrigo Rollemberg deve, inclusive, explicações. O governo foi eleito e, em até certos pontos, trabalhou com austeridade, sobretudo quanto ao servidor público, no campo do nepotismo, no campo da idoneidade, da ficha limpa, e de repente nós temos uma situação dessas em uma área tão sensível.

Então, quero aqui me solidarizar e me ombrear com as palavras do Deputado Chico Vigilante. Caso essa situação se configure, explicações terão que ser dadas a esta Casa. Nós empenhamos nosso nome e nosso mandato para um patrimônio gigantesco, que não pertence a nós, pertence aos servidores do Distrito Federal. Abrimos essa concessão para o governo usar os recursos. De repente, estamos nessa situação. Pelo visto, a pessoa não tem aptidão – isso foi colocado aqui pela própria Controladoria do Distrito Federal –, e por isso não pode estar à frente de um cargo de tamanha importância.

Quero dizer que estou ao lado do Deputado Chico Vigilante nesse pleito.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 04 2016	15h25min	26ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Obrigado, Deputado Cláudio Abrantes.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras. (Pausa.)

Esta Presidência informa que, em razão da aprovação do Requerimento nº 1.581, de 2016, de autoria da Deputada Celina Leão, CDC, CDESCTMAT, CEOF e CCJ, a sessão ordinária de quinta-feira, dia 7 de abril de 2016, será transformada em comissão geral para debater o Projeto de Lei nº 777, de 2015, que “dispõe sobre a regulamentação da prestação do serviço de transporte individual privado de passageiros baseado em tecnologia de comunicação em rede no Distrito Federal e dá outras providências”. Informa ainda que a comissão geral será realizada no auditório desta Casa, às 15 horas.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, desde o início do ano, eu tenho, toda semana, cobrado do Governo do Distrito Federal o encaminhamento da LUOS – Lei de Uso e Ocupação do Solo e até agora o governo não disse absolutamente nada com relação ao encaminhamento dessa lei. Nós sabemos que essa lei é o único meio de colocar Brasília na legalidade, de desburocratizar a concessão dos alvarás e de fazer com que o Ibram – Instituto Brasília Ambiental não fique legislando pela cabeça dele, mas em cima de uma legislação vigente.

Eu indago V.Exa., que é o Líder do Governo nesta Casa, Deputado Julio Cesar: o governo vai encaminhar o projeto da Luos? Quando vai fazer isso?

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Deputado Chico Vigilante, o governo já avisou algumas vezes, até pela imprensa, que até o final do primeiro semestre serão enviados a esta Casa esses projetos de lei. Isso já foi dito. Eu mesmo já fui abordado por alguns meios de comunicação e já relatei que isso será encaminhado até o final deste primeiro semestre.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Eu quero pedir isto a V.Exa.: a imprensa publica, mas eu quero a palavra oficial. Portanto, eu quero pedir a V.Exa., encarecidamente, que, como Líder do Governo, colha a informação exata sobre quando o projeto virá e traga ao plenário desta Casa porque é importante nós tomarmos conhecimento disso.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Torno a repetir a V.Exa., como Líder do Governo, que o projeto chegará até o final do primeiro semestre.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Acho importante a palavra de V.Exa., porque traz tranquilidade sabermos que, até o final deste semestre legislativo, o projeto da Luos estará aqui. Nós teremos, então, todo o recesso para visitar as



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 04 2016	15h25min	26ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

idades e fazer uma discussão a respeito dele e, quem sabe, já no mês de agosto, possamos votá-lo aqui em plenário, porque a coisa mais importante para esta cidade é exatamente a Luos.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Eu é que agradeço. Nós podemos até fazer umas visitas juntos a estas regiões administrativas, como Samambaia e Ceilândia, para discutirmos esse projeto, que realmente vai ajudar as cidades do DF.

Pergunto se mais alguém quer fazer o uso da palavra. (Pausa.)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 16h03min,)